



Revista Brasileira em Promoção da Saúde

ISSN: 1806-1222

rbps@unifor.br

Universidade de Fortaleza

Brasil

Gomes Fernandes Vieira Meyer, Anya Pimentel; Vieira de Lima Saintrain, Maria
Reflexões sobre a saúde bucal no Brasil

Revista Brasileira em Promoção da Saúde, vol. 26, núm. 4, outubro-diciembre, 2013, pp. 451-452

Universidade de Fortaleza

Fortaleza-Ceará, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40831096001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

No último século, numerosos avanços em pesquisas e tecnologias biomédicas na área odontológica foram responsáveis por melhorias na saúde e no bem-estar das populações⁽¹⁾. Entretanto, apesar das grandes realizações no âmbito da saúde bucal, muitos problemas ainda permanecem, como a cárie dental, a mais comum das doenças bucais. A prevalência da cárie dentária apresentou uma tendência de declínio nas três últimas décadas do século XX e no início do século XXI, especialmente nos países desenvolvidos, contudo, ainda é considerada uma importante questão de saúde pública mundial, afetando de 60% a 90% das crianças em idade escolar, além da vasta maioria dos adultos⁽²⁻⁴⁾.

No levantamento epidemiológico SB Brasil 2010⁽⁵⁾, foram observadas melhoras na condição bucal dos brasileiros, porém, ainda é alta a prevalência de cárie. Entre os adolescentes de 15 a 19 anos, por exemplo, a média de dentes afetados foi de 4,25 – mais que o dobro do número médio encontrado aos 12 anos. Entre os idosos de 65 a 74 anos, o número de dentes cariados, perdidos e obturados (CPO) praticamente não se alterou, ficando em 27,5 em 2010, enquanto, em 2003, a média era de 27,8.

Em termos internacionais, de acordo com o Ministério da Saúde brasileiro⁽⁵⁾, um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2004 indicou que, nos dados de 188 países, o valor médio do CPO aos 12 anos foi de 1,6, sendo nas Américas a média de 2,8, enquanto na Europa ficou em 1,6. Na América do Sul, somente a Venezuela apresentou média de CPO aos 12 anos semelhante à brasileira (2,1). Nos demais países, as médias apresentaram-se mais altas, como na Argentina (3,4), Bolívia (4,7), Colômbia (2,3), Paraguai (2,8) e Peru (3,7).

Os achados epidemiológicos de 2010 sobre a saúde bucal no Brasil⁽⁵⁾ mostraram que o país entrou para o grupo daqueles com baixa prevalência de cárie aos 12 anos. Embora os resultados nesse quesito tenham sido animadores, a pesquisa demonstrou, como descrito anteriormente, uma prevalência de cárie ainda significativa nas diversas faixas etárias avaliadas, assim como diferenças regionais marcantes na prevalência e gravidade da cárie dentária. Esses achados indicam a necessidade de políticas voltadas para a equidade na atenção e ações de promoção e prevenção inovadoras e sensíveis às diferenças regionais.

A promoção de saúde bucal está inserida num conceito amplo de saúde, que transcende a dimensão meramente técnica do setor odontológico, integrando-a às demais práticas de saúde coletiva. Ela expressa a construção de políticas públicas saudáveis direcionadas a todas as pessoas da comunidade, bem como políticas que gerem oportunidades de acesso às ações de promoção e prevenção, assegurando a disponibilidade de cuidados odontológicos básicos apropriados. As práticas de saúde bucal, partindo de referenciais epidemiológicos, vêm se reorganizando com o intuito de diminuir as iniquidades e dar respostas sociais aos problemas e necessidades de saúde bucal da população brasileira a partir da lógica de construção do Sistema Único de Saúde (SUS), que traz na sua essência maior a garantia do acesso qualificado e da integralidade dos serviços de saúde⁽⁶⁾. Todavia, as ações de atenção, promoção e prevenção à saúde devem ser avaliadas para que sua efetividade, eficiência e eficácia possam ser comprovadas e ampliadas para outras regiões.

**Anya Pimentel Gomes Fernandes
Vieira Meyer⁽¹⁾
Maria Vieira de Lima Saintrain⁽²⁾**

(1) Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ -
Fortaleza (CE) - Brasil

(2) Universidade de Fortaleza - UNIFOR -
Fortaleza (CE) - Brasil

Vieira-da-Silva⁽⁷⁾ relaciona avaliação “ao processo de determinação do esforço, mérito ou valor de algo ou do produto desse processo”. Para a autora, a avaliação é considerada importante, por ser, de um lado, associada à possibilidade e necessidade de intervenções capazes de modificar quadros sanitários e, por outro, levar em conta as dificuldades enfrentadas por essas mesmas práticas para alterarem indicadores epidemiológicos de morbimortalidade em outras tantas circunstâncias.

A avaliação dos serviços de saúde pode ser considerada um meio de promover a melhoria contínua da atenção, propiciando ao usuário um atendimento de qualidade⁽⁸⁾. Nesse contexto, avaliar essas ações constitui fator essencial para se averiguar sua atuação, comportamento e eficácia nos serviços de saúde bucal e, a partir do referencial produzido, atender às necessidades de políticas públicas geradoras de promoção de saúde bucal na atenção básica.

No presente número da Revista Brasileira em Promoção da Saúde, apresentam-se dois artigos que versam exatamente sobre a avaliação de ações de promoção e prevenção em saúde bucal. Um dos artigos verifica os hábitos de higiene bucal e o índice de higiene oral em escolares, enquanto o outro avalia a eficácia das instruções de higiene oral, em particular no controle do biofilme dentário.

REFERÊNCIAS

1. Benjamin RM. Oral health: the silent epidemic. *Public Health Rep.* 2010;125(2):158-9.
2. Narvai PC, Frazão P, Roncalli AG, Antunes JL. Cárie dentária no Brasil: declínio, polarização, iniquidade e exclusão social. *Rev Panam Salud Pública.* 2006;19(6):385-93.
3. World Health Organization, Organização Mundial de Saúde. Oral Health: Media Centre [acesso em 2013 Feb 28]. (Fact sheet n° 318, Abril 2012). Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs318/en/index.html>.
4. Petersen PE, Bourgeois D, Ogawa H, Estupinan-Day S, Ndiaye C. The global burden of oral diseases and risks to oral health. *Bull World Health Organ.* 2005;83(9):661-9.
5. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. SBBrazil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal: resultados principais. Brasília; 2011.
6. Valença AMG, Senna MAA, Faria LCM. Paradigmas do Atendimento de Crianças no Contexto da Saúde Pública Brasileira. In: Maia LC, Primo LG. *Odontologia Integrada na Infância*. São Paulo: Santos; 2011. p. 11-22.
7. Vieira-da-Silva LM. Conceitos, abordagens e estratégias para a avaliação em saúde. In: Hartz ZMA, Vieira-da-Silva LM, organizadores. *Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de Programas e Sistemas de Saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2005. p. 15-39.
8. Colussi CF, Calvo MCM. Avaliação da Atenção em Saúde Bucal no Brasil: uma revisão da literatura. *Saúde Transform Social.* 2012;3(1):92-100.